

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

**V. 12, N. 2, jul./dez. 2013**

## O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

## Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

## Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades da empresas.

## Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.



**Associação dos  
Arquivistas  
Brasileiros**

aab@aab.org.br  
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903  
CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro  
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

## ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO

A revista Arquivo & Administração é uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. O seu primeiro número foi lançado em 1972. São publicados dois números por ano. Os números até 1999 encontram-se digitalizados e à disposição para consulta no site da AAB: [www.aab.org.br](http://www.aab.org.br).

*The Journal Arquivo & Administração is edited by the Brazilian Archivists Association. Its first edition was launched in 1972. Every year the Association publishes two editions of the journal. The editions up to 1999 have been digitised and are available for users on the AAB website: [www.aab.org.br](http://www.aab.org.br).*

### Editor responsável/ General Editor:

Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

### Editor técnico/ Technical Editor:

Dilza Ramos Bastos, Fundação Casa de Rui Barbosa

### Conselho Editorial/ Editorial Board:

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria de Almeida Camargo, Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguía Marañón, Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Maria Jardim, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dr<sup>a</sup>. Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr<sup>a</sup> Luciana Duranti, Chair of Archival Studies at SLAIS (Canadá)

Dr<sup>a</sup>. Maria Celina Soares de Mello e Silva, Museu de Astronomia e Ciências Afins

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Prof. Dr. Sérgio Conde de Albite Silva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Theo Thomassen, University of Amsterdam (Holanda)

Prof. Dr. Tom Nesmith, University of Manitoba (Canadá)

### Conselho Consultivo/ Consultant Committee:

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez, Universidade de Brasília

Prof. Dr. Bruno Delmas, Ecole Nationale des Chartes (França)

Prof. Dr<sup>a</sup> Janice Gonçalves, Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr<sup>a</sup> Johanna Wilhelmina Smit, Universidade de São Paulo

Prof. Dr. José Augusto C. Guimarães, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Ivana Parrela, Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Leandra Bizelo, UNESP  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Teresa Navarro de Brito Mattos, Diretora do Arquivo Público da Bahia do  
Governo do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Renato Pinto Venancio, Universidade Federal de Minas Gerais

## **FOCO E ESCOPO**

Arquivo & Administração é um periódico especializado que se destina à publicação e divulgação de trabalhos inéditos que contribuam para o avanço das reflexões no campo da Arquivologia e áreas afins. É um periódico aberto para as contribuições de autores da comunidade científica nacional e internacional.

Os trabalhos encaminhados para publicação serão analisados pelo Conselho Editorial da revista. Em situações excepcionais, os trabalhos concorrentes poderão ser encaminhados a pareceristas do Conselho Consultivo com notório saber na área de conhecimento do tema tratado.

Caso o Conselho Editorial ou Conselho Consultivo indiquem a necessidade de alterações ou correções, os trabalhos serão devolvidos ao(s) autor(es) para que realizem os ajustes.

Os originais deverão ser encaminhados à AAB. Nenhum original será devolvido.

A publicação implica a cessão integral dos direitos autorais à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Os trabalhos devem ser enviados para:

**Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB**

**Conselho Editorial**

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e-mail: aab@aab.org.br

## **A Revista Arquivo & Administração possui as seguintes Seções**

**Artigos** - Textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas (até 9.000 palavras ou, no máximo, 27 laudas).

**Depoimentos** - Entrevistas com pessoas cujas histórias de vida e/ou realizações profissionais sejam consideradas relevantes (até 6.600 palavras ou cerca de 20 laudas).

**Notas de Pesquisa** - Relatos preliminares, mais curtos que um artigo, enfatizando objetivos, hipóteses, resultados e dificuldades de pesquisas em andamento, com comentários sobre fontes, métodos e técnicas utilizados e desdobramentos antevistos (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

**Dissertações e Teses** - Descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência (400 palavras ou até 1,5 laudas).

**Resenhas** - Descrição pormenorizada e crítica de obra recentemente publicada sobre aspectos da Arquivologia. A obra a ser resenhada será escolhida pelo Conselho Editorial da A&A (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

#### **FOCUS AND SCOPE**

Arquivo & Administração is a journal devoted to Archival Science that aims to publish and disseminate original works that contribute to reflections relating to archives. The journal welcomes national and international authors from the archives and information management community.

All articles submitted for publication will be reviewed by the Editorial Board. In very exceptional situations the submissions might be reviewed by members of the Consultative Committee who are experts on the specific theme to which the text under evaluation relates.

If the Editorial Board or the Consultative Committee decides that the submitted work needs some changes before publication the author will be informed.

The manuscripts will be sent to AAB and will not be returned to the authors.

The publication of the work implies the transfer of the copyright to the Brazilian Archivists Association.

The submissions should be directed to:  
**Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB**  
**Conselho Editorial**

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro  
20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil  
e-mail: aab@aab.org.br

#### **The Arquivo & Administração journal has several different sections**

**Articles** – Theoretical texts based upon in-depth research or reflections (max. of 9000 words or 27 pages).

**Testimonials** – Edited interviews with people whose biography shows a significant contribution to the archival community (max. 6600 words or 20 pages).

**Research** – Preliminary comments and findings, shorter in length than a standard article, related to aims, hypothesis, results and difficulties of on going research work, with comments of sources, methods and techniques adopted and anticipated developments. (Max. 3330 words or 10 pages).

**Dissertations and theses** – Short description of a masters dissertation or a doctoral thesis. (Max. 400 words or 1.5 pages).

**Book reviews** – Detailed and critical assessments of books recently published about archives and archival science. The book will be selected by the Editorial Board of the journal. (Max. 3330 words or 10 pages).



## NORMAS EDITORIAIS

Para submissão dos trabalhos, os autores devem observar as seguintes Normas Editoriais:

1. Os textos deverão estar redigidos em português, ou nos idiomas estrangeiros, espanhol ou inglês.
2. Os trabalhos deverão ser entregues à AAB em formato Word for Windows, anexados em e-mail.
3. Cada trabalho deve indicar a seção da revista a que se candidata (Artigo – Depoimentos – Notas de Pesquisa – Dissertações e Teses – Resenha) e respeitar o número de palavras e laudas indicadas em Foco e escopo. Gráficos, tabelas, desenhos e demais anexos são considerados partes do texto.
4. A fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12 para todo o texto.
5. O título e os subtítulos devem ser grafados em negrito.
6. As citações e transcrições devem ser apresentadas conforme a norma ABNT NBR 10.520.
7. As epígrafes, bem como expressões em língua estrangeira devem vir em itálico.
8. O tamanho da lauda utilizada deve ser A4 (210 x 297 mm);
9. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5 para todo o corpo do texto, admitindo-se espaçamento duplo apenas para introdução de subtítulos. No caso das citações diretas com mais de três linhas e assim destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, devem ter espaçamento simples entre linhas, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.
10. As margens devem ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.
11. A numeração das páginas deve ser colocada no canto inferior direito.
12. Os parágrafos devem ser formatados com recuo de 1,25 cm (padrão Word), sem espaçamento entre um e outro.
13. O alinhamento do título, e do subtítulo (se houver), deverá ser centralizado.
14. As indicações da autoria devem ser alinhadas à direita. Os demais itens deverão ser apresentados com alinhamento justificado, exceto as referências ao final do trabalho que são alinhadas à esquerda.
15. A numeração progressiva deve ser apresentada conforme a NBR 6024 e o indicativo de seção precede o título, alinhado à esquerda, dele separado por um espaço de caractere.
16. Cada trabalho deve seguir as normas da ABNT para publicação de trabalho acadêmico e deve incluir:

### a) Título, e subtítulo (se houver)

Devem figurar na primeira página, no alto e centralizados. No idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português

(no caso do segundo idioma, este deve aparecer após as Palavras-chave, isto é: antes do Abstract).

### b) Nome completo do autor ou autores, afiliação institucional ou atividade profissional, titulação, e endereço eletrônico

Os nomes devem figurar abaixo do título do trabalho e alinhados à direita, por extenso e acompanhados de breve currículo que os qualifiquem na área de conhecimento do artigo. Os currículos e os endereços postais e eletrônicos devem compor no máximo cinco linhas e aparecer em rodapé indicado na página de abertura.

### c) Resumo

Resumo informativo com 100 a 250 palavras. Os artigos submetidos em português, espanhol ou francês deverão ter resumo no idioma original e em inglês. Os artigos submetidos em inglês deverão ter resumo, título e palavras-chave em inglês e também em português.

### d) Palavras-chave

Palavras-chave no idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português. Recomenda-se a quantidade de três a cinco palavras-chave.

### e) Citações

As citações devem estar em conformidade com a norma ABNT NBR 10.520. Ressalta-se que a menção a autores no correr do texto deve subordinar-se à convenção pela qual o sobrenome do autor, seguido da data de publicação da obra, é colocado entre parênteses (RIOS, 1962), podendo ainda indicar a página (RIOS, 1962, p. 13). Quando há mais de um título do autor no mesmo ano, usam-se letras minúsculas para diferenciá-los, conforme a lista de referências.

Exemplo: (BELLOTTO, 1988a), (BELLOTTO, 1988b).

No caso de obras com mais de um autor:

- até três autores, é opcional mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada et al., grafada em itálico.
- com mais de três autores, mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada et al., grafada em itálico:

Exemplo:

(FERREIRA et al., 1985);

**f) Notas de rodapé**

Nas notas de rodapé, as referências serão alinhadas a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

**g) Tabelas, gráficos e figuras**

Devem apresentar títulos (acima), legendas (à direita) e indicação de fonte ou autoria (abaixo).

**h) Títulos mencionados no texto**

Os títulos e subtítulos de livros, artigos, teses e outras publicações, em qualquer idioma devem ser grafados em itálico e trazer em maiúscula somente a inicial da primeira palavra, a não ser em caso de nomes próprios. O subtítulo é separado do título por dois pontos.

**i) Lista de referências**

As referências devem figurar na última página, alinhadas à esquerda, em ordem alfabética, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo. Devem ser elaboradas de acordo com a norma ABNT NBR 6023 (textos em português) ou *Chicago Manual of Style* (texto em inglês ou espanhol).

**RULES FOR SUBMISSIONS**

**Overseas authors are invited to contribute to the journal.**

The manuscripts should be submitted in English or Spanish in electronic form in a pre-2007 MS WORD version as an email attachment. A strict policy of author anonymity shall be adhered to ensuring that the Committee will only consider each proposal by its own merit.

1. The author should indicate the section of the journal in which the work fits (Articles, Interviews, Communications, Dissertations and Thesis and Book Reviews).
2. The work should be produced in Times New Roman, 12, normal, justified, with spacing of 1.5.

3. The size of the page should be A4 (210x297 mm).
4. The authors of the manuscripts written in Spanish should provide a one-paragraph abstract (100-250 words), 4 keywords and the title in English for the text. The Editorial Board will produce an abstract, 4 keywords and the title in Portuguese for the manuscripts written in English.
5. No photographs will be published.
6. The authors should follow the Chicago Manual of Style: <http://www.chicagomanualofstyle.org/home.html> for further instructions.

## SUMÁRIO

- EDITORIAL 13 *Dilza Ramos Bastos*
- ARTIGOS 15 O que é teoria arquivística e porque ela é importante?  
*What is Archival Theory and Why is it Important?*  
*Terry Eastwood*  
*Sérgio Conde de Albite Silva, Trad.*
- 28 Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade  
*Lucia Maria Velloso de Oliveira*
- 52 Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro  
*Márcia Cristina Duarte Trancoso*  
*Maria Celina Soares de Mello e Silva*
- RESENHA 76 Reconsiderando os arquivos pessoais  
*Heloísa Liberalli Bellotto*



Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Editoração eletrônica: Gustavo Monteiro

#### Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.  
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

ARQUIVO NACIONAL  
Reg. Nº 75326  
23 / 03 / 2017  
Biblioteca

#### ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

##### Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira

1ª Vice-presidente: Margereth da Silva

2ª Vice-presidente: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Secretário Geral: Leila Estephanio de Moura

1º Tesoureiro: Renata Silva Borges

##### Conselho Editorial

Ana Maria de Almeida Camargo

Eduardo Ismael Murguia Marañon

José Maria Jardim

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Luciana Duranti

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Paulo Roberto Elian dos Santos

Sérgio Conde de Albite Silva

Theo Thomassen

## EDITORIAL

A segunda edição da revista *Arquivo & Administração*, de 2013, apresenta três artigos e uma resenha que abordam temas relevantes no âmbito da Arquivologia: a teoria arquivística, a descrição arquivística, os arquivos pessoais e a tipologia documental.

Iniciamos com o artigo *O que é teoria arquivística e porque ela é importante?*, de Terry Eastwood, Professor Emérito de Estudos Arquivísticos, recentemente aposentado da School of Library, Archival and Information Studies at the University of British Columbia. Traduzido para o português por Sérgio Conde de Albite Silva, doutor, arquivista e professor, o artigo foi publicado originalmente em *Archivaria*, n. 37, na primavera de 1994, como uma crítica ao *paper Archival Theory: Much Ado About Shelving*, de John W. Roberts, contando agora com um adendo elaborado por seu autor com o objetivo de atualizar sua posição em relação ao texto original e por considerar que a teoria geral e a teoria arquivística tinham sido exploradas de maneira insuficiente.

Em seguida, o lugar dos arquivos pessoais na construção da memória coletiva e o papel da descrição na ampliação do uso desses arquivos são tratados no artigo *Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade*, de Lucia Maria Velloso de Oliveira, doutora, arquivista e professora.

O terceiro artigo, *Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro*, das arquivistas Márcia Cristina Duarte Trancoso e Maria Celina Soares de Mello e Silva, apresenta um estudo preliminar de identificação dos tipos de documentos textuais, como resultado de uma pesquisa mais ampla sobre tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas.

Concluimos esta edição com a resenha, *Reconsiderando os arquivos pessoais, elaborada pela doutora Heloisa Liberalli Bellotto*, sobre a obra *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*, de Richard Cox, que em breve terá sua versão na língua portuguesa.

Desejamos a todos uma boa leitura e aproveitamos para lembrar que a revista *Arquivo & Administração* é um espaço editorial aberto. Publique conosco!

Dilza Ramos Bastos

Editor Técnico



## IDENTIFICAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS EM ARQUIVOS PESSOAIS: ESTUDO NO ARQUIVO DO FÍSICO JOAQUIM DA COSTA RIBEIRO

Márcia Cristina Duarte Francoso<sup>1</sup>  
Maria Celina Soares de Mello e Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Apresenta um estudo preliminar de identificação dos tipos de documentos textuais no arquivo pessoal de Joaquim da Costa Ribeiro, acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), como resultado de pesquisa mais ampla sobre tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas coordenada pelo Arquivo de História da Ciência do MAST.

Palavras-chave: Tipologia documental; Arquivo pessoal; Ribeiro, Joaquim da Costa; Museu de Astronomia e Ciências Afins.

### Identification of document types in personal archives: study on archives of the physicist Joaquim da Costa Ribeiro

#### Abstract

*Presents a preliminary study to identify the types of textual documents in the personal archives of Joaquim da Costa Ribeiro, of the Museum of Astronomy and Related Sciences (MAST), as a result of broader research on document types in personal archives of scientists coordinated by History of Science Archives of MAST.*

**Keywords:** *Document types; Personal archives; Ribeiro, Joaquim da Costa; Museu de Astronomia e Ciências Afins.*

### 1 Introdução

O estudo das espécies e tipos documentais vem sendo utilizado cada vez mais na prática da organização de arquivos, já que traz grandes contribuições para arquivistas e para pesquisadores, enquanto usuários dos arquivos, pois permite realizar uma identificação minuciosa do documento. O estudo tipológico analisa o documento e a configuração da informação, atrelando a forma física ao conteúdo do documento. Além disso, procura estudar o documento enquanto integrante de um conjunto orgânico, levando em conta a atividade que o gerou. O estudo tipológico também procura identificar a denominação adequada dos nomes dos documentos, considerando o contexto onde estão inseridos.

Este artigo visa apresentar um estudo preliminar de identificação dos tipos de documentos textuais no arquivo pessoal de Joaquim da Costa Ribeiro, acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). É fruto de pesquisa mais ampla sobre tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas, coordenada pelo Arquivo de História da Ciência do MAST.

O estudo tipológico é utilizado pelos arquivos como metodologia para a identificação, classificação e descrição de documentos, bem como para a elaboração de instrumentos de pesquisa. Segundo Heredia Herrera (2007, p. 27), o tipo documental é indispensável no momento da descrição, colaborando na representação adequada das unidades documentais, das séries e das subséries.

O estudo tipológico tem sua origem na diplomática, surgida no século XVII, com o intuito de avaliar a autenticidade de documentos antigos da Santa Sé (governo central da igreja, jurisdição eclesiástica do Papa), relacionada ao direito patrimonial de terras da igreja. As hagiografias, diplomas e documentos medievais foram submetidos à análise cuidadosa dos clérigos, que contestaram grande parte deles como não autênticos. A Diplomática

em sua forma clássica objetiva julgar e identificar se o documento, manuscrito ou impresso, antigo ou recente, é autêntico, falso ou falsificado, além de analisar sua tipologia (LEAL; SIQUEIRA, 2011, p. 13).

Nos séculos XVIII e XIX a técnica de análise documental promovida pela diplomática era utilizada no auxílio a outras áreas do conhecimento, como o direito e a história, que tratavam do tema em seus cursos. Os estudos da diplomática do século XVII ao XIX traduzem o contexto de dúvidas quanto à autenticidade de documentos antigos. Para Richter e Araújo (2007, p. 221), a diplomática é a

<sup>1</sup> Arquivista e especialista em Preservação de Acervos de C&T; Bolsista CNPq do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

<sup>2</sup> Doutora em História Social, mestre em Memória Social, especialista em Documentação Científica e arquivista do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

ciência documentalística que estuda o documento em toda sua integridade, sem limitação de época, conteúdo, espaço geográfico, procedência ou solenidade, analisando-o criticamente nos caracteres que o configuram. Aborda a gênese, estrutura, modo de tradição, utilizando método para demonstrar sua autenticidade e estabelecer sua categoria e seu valor testemunhal.

A técnica de análise diplomática é, segundo Bellotto (2002) e Duranti (2005), a separação em partes distintas do documento diplomático, a fim de analisá-las separadamente, categorizando todo e qualquer elemento que será estudado. A decomposição define os elementos intrínsecos (conteúdo – língua, linguagem etc.) e extrínsecos (forma - verificação do tipo de papel, tinta, letra etc.) constituintes do documento. Neste sentido, Bellotto (2008, p. 75) afirma que o elemento inicial é a decodificação do próprio documento.

Analisando-se tanto o conteúdo, quanto a configuração com que este conteúdo se apresenta no documento, é possível identificar a autenticidade. Além disso, a lógica da produção documental da administração pública, onde a mesma função gera o mesmo documento, permite que se faça a ligação entre a diplomática e a arquivística, como será visto mais adiante.

No século XX, a administração pública, detentora dos documentos oficiais, beneficiou-se da diplomática para traduzir os atos administrativos, pois estes ficam condicionados aos aspectos formais também por razões de autenticidade. A massa documental gerada pelos atos administrativos cresceu exponencialmente, exigindo por parte das entidades (instituição/pessoa) um planejamento para o gerenciamento dos documentos, o que, conseqüentemente, provocou mudanças em seu conceito original. A diplomática passou a ser considerada como

um sistema de conceitos e métodos, originalmente desenvolvido nos séculos XVII e XVIII, com o objetivo de provar a autenticidade dos documentos. Com o passar do tempo, evoluiu para um sofisticado sistema de idéias sobre a natureza dos documentos, sua gênese e composição, suas relações com as ações e pessoas ligadas a eles e com seu contexto organizacional, social e legal (MACNEIL apud DURANTI, 2005, p. 3).

Para Rodrigues, citando Tallafigo, a diplomática é uma disciplina atual, uma ciência aplicada e técnica jurídica, já que na contemporaneidade é muito importante possuir um conjunto de regras sistematizadas para que se possam discernir os documentos legítimos dos falsos (TALLAFIGO apud RODRIGUES, 2008, p. 158).

Na segunda metade do século XX, a crescente necessidade de identificação da autenticidade dos documentos, a partir da ligação que estes mantêm com a atividade que

os gerou, revelou o importante papel da diplomática nos estudos dos documentos hoje desenvolvidos pela arquivística.

## 2 A Tipologia Documental e os arquivos pessoais

A arquivística vem utilizando a diplomática, por meio da tipologia documental, nos processos de organização de documentos de arquivo e na construção de séries orgânicas. Segundo Bellotto (2008, p. 93), o laço que se firmou entre a arquivística e a diplomática resultou na “diplomática arquivística” ou “tipologia documental”, que só veio enriquecer a metodologia e a prática de ambas as áreas. Assim, a tipologia documental é o estudo mais detalhado do documento e sua característica física (formato, escrita, matéria), vinculada à atividade que lhe deu origem. Esta composição permite compreender melhor a lógica orgânica dos conjuntos documentais, relacionando-os às suas competências, sejam elas administrativas, jurídicas ou outras.

A aplicação da análise diplomática nos documentos convencionais e sua adaptação em modelos de criação de documentos eletrônicos foi o foco da pesquisa coordenada por Luciana Duranti, entre 1994 e 1997. Um dos frutos desse projeto foi a publicação, em 2005, do artigo intitulado *Proteção da integridade dos documentos eletrônicos: uma visão geral do Projeto de Pesquisa da UBC-MAS*, inserido no *Programa de Mestrado em Estudos Arquivísticos*, da Universidade British Columbia. O prestígio conquistado por Duranti com este trabalho, no Canadá e nos Estados Unidos, foi ressaltado por diversos autores, entre eles Rodrigues, que enfatizou a importância do novo estudo:

Uma nova abordagem do uso da diplomática aplicada ao estudo dos documentos eletrônicos, discutindo especificamente o momento de sua produção. O conhecimento teórico por ela divulgado como resultados de pesquisas científicas, projeto cujo escopo era entender o conceito e o método da diplomática e suas interações com os princípios e conceitos arquivísticos, a tornou um marco referencial na área (RODRIGUES, 2011, p.110).

Em seu trabalho, Duranti indicou os conceitos e os princípios arquivísticos que devem ser observados na formação, organização e utilização dos arquivos, dando ênfase à constituição dos documentos. O estudo mostrou que os



documentos são constituídos por partes, com características externas, como forma<sup>3</sup>, e internas, como conteúdo e linguagem.

A diplomática e a arquivística têm em comum o objeto de estudo – o documento. Contudo, existem diferenças nas práticas das duas disciplinas, com impactos teóricos e metodológicos: a diplomática trata o documento isoladamente, examinando minuciosamente suas partes para estudá-lo; a arquivística trabalha o documento dentro de um conjunto onde os documentos se relacionam entre si, formando um conjunto coerente e coeso, ou seja, um conjunto de documentos contextualizados. Os documentos arquivísticos são orgânicos porque trazem em si as relações das competências, das funções e das atividades desempenhadas por uma entidade (instituição ou pessoa).

Devem ser reveladores das atividades efetivamente desenvolvidas pelas instituições (ou pessoas) ao longo da sua existência, revalorizando, desse modo, os elementos informais (ao lado dos normativos) como único meio de inserir corretamente os documentos em seu contexto de produção, permitindo assim uma interpretação histórica nos moldes propostos pelo perspectivismo histórico. O estabelecimento de tipologias documentais é fundamental para que esse processo possa ocorrer, representando os primeiros passos em um vasto caminho (LOPEZ, 1999, p. 78).

Para Rodrigues (2008, p. 22), o trabalho de investigação científica para a coleta de dados é uma fase preliminar e necessária para o cumprimento das funções arquivísticas de identificar, classificar e descrever a produção documental. Para tanto, a identificação é a primeira etapa a ser cumprida. Segundo a autora, a identificação consiste em estudar analiticamente o documento e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja na fase da produção ou da acumulação.

Para Bellotto (2008), o conhecimento prévio das atividades e das competências é essencial para a organização e disseminação da produção documental de uma entidade (instituição ou pessoa). Só assim será possível entender o porquê da escolha das tipologias documentais adequadas para comprovar competências, funções e atividades de determinado arquivo.

A fixação do tipo documental depende primeiramente do reconhecimento da espécie documental, que é o modelo expressado pelas características internas e externas do documento. Considera-se espécie documental “a configuração que assume um

<sup>3</sup> Para Duranti (2005, p. 2), a forma é “o conjunto das regras de representação utilizadas para enviar uma mensagem, isto é, como as características de um documento que podem ser separadas da determinação dos assuntos, pessoas ou lugares específicos aos quais se refere. A forma documental é tanto física quanto intelectual. A expressão *forma física* refere-se ao layout externa do documento, enquanto o termo *forma intelectual* refere-se à sua articulação interna”.

documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” e tipo documental “a configuração que assume a espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTTO; CAMARGO, 1996). Assim, o tipo documental é o nome que o documento recebe de acordo com suas características físicas e a atividade que o gerou dentro de um determinado contexto. Ele é formado por uma base invariável – a espécie documental. Oliveira (2009, p. 7) afirma que os tipos documentais esclarecem quais são os conteúdos fixos e quais são variáveis em determinado formato e de acordo com a espécie documental.

Os estudos de tipologia documental têm motivado profissionais da área a repensar os métodos de organização e os tipos de arranjo a serem adotados. Na identificação tipológica cabe ao arquivista realizar o trabalho intelectual de levantar os dados do fundo, fazer pesquisa sobre a biografia do titular, no caso do arquivo pessoal, analisar o documento e sua relação com a entidade (instituição ou pessoa) e, desta maneira, estruturar as séries documentais.

Quanto mais se conhece o fundo, mais apurado se apresenta o trabalho científico de classificação, avaliação e descrição, visando, por meio das funções e atividades, a contextualização da produção documental. Para se contextualizar um arquivo é fundamental a identificação dos tipos documentais<sup>4</sup>.

Os arquivos pessoais, de uma maneira geral, são constituídos de documentos que testemunham as relações pessoais e profissionais de uma pessoa ao longo da vida. A produção documental de uma pessoa, muitas vezes, e principalmente no caso dos arquivos de pessoas públicas ou de destaque, recebe intervenção dos familiares e/ou amigos após sua morte.

Os documentos pessoais traduzem valores, opiniões, preferências e hábitos do seu produtor, constituindo-se em uma fonte alternativa de possibilidades para a pesquisa.

Os documentos encontrados nos arquivos pessoais expressam individualidades, subjetividades, de acordo com a área de atuação do produtor, exigindo do arquivista uma atenção redobrada na contextualização dos documentos de acordo com as ações que o titular desempenhou ao longo da vida.

Os arquivos pessoais de cientistas, artistas e políticos constituem matéria privilegiada para que se possam compreender os processos de conhecimento, criação e decisão, razão por que, aliás, têm sido objeto de iniciativas de recolhimento por instituições diversas (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 50).

<sup>4</sup> Idem.

Embora não haja uma regulamentação na legislação para se organizar arquivos pessoais, há procedimentos institucionais a serem seguidos. Esses arquivos devem ser trabalhados seguindo-se o entendimento das funções e atividades desempenhadas pelo titular do arquivo.

O funcionamento de uma instituição, considerando-se as funções e as atividades desempenhadas, é determinante para a elaboração da organização arquivística dos documentos. Mas, certamente, definir as funções e atividades de um indivíduo no decorrer de sua vida já é uma tarefa mais complexa e que exige um trabalho de pesquisa sobre a biografia de vida e a trajetória profissional da pessoa (SILVA, 2012, p. 90).

Os arquivos pessoais desafiam os profissionais da área pela diversidade de documentos e de objetos acumulados pelo indivíduo por toda uma vida. A produção documental é um produto subjetivo, individual, representação das atividades de uma pessoa e que, muitas vezes, chega à instituição de guarda de forma descontextualizada.

As ligações orgânicas que precisam ser estabelecidas geram aos profissionais da área muitas inquietações, seja pela informalidade dos documentos pessoais, pela diversidade de gêneros, suportes e pelos objetos (medalha, placa comemorativa, entre outros), acumulados pelo produtor. As pesquisas para se conhecer a biografia da pessoa e organizar melhor a produção documental devem ser realizadas em diferentes fontes, como familiares, amigos, instituições onde atuou, publicações ou *internet*. Estas fornecerão o suporte informacional necessário para se contextualizar as funções e as atividades desempenhadas pelo produtor e, deste modo, elaborar o arranjo e a descrição compatíveis com a produção documental.

Contudo, o arquivista precisa compreender a lógica da acumulação dos documentos do produtor. Neste sentido, deve procurar conhecer as atividades profissionais e as relações sociais mantidas pelo indivíduo ao longo da vida. A informalidade da produção dos documentos pessoais pode revelar informações importantes ou reiterar informações que não tinham sido esclarecidas. É preciso levar em conta os indícios deixados pelo produtor e por aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram na constituição ou organização do arquivo.

Os arquivos pessoais são constituídos pelos documentos produzidos e recebidos por pessoas ao longo de suas vidas. Estes representam uma fonte rica para a pesquisa de tipos documentais, pois possibilita ao profissional da área arquivística uma reflexão minuciosa das peculiaridades inerentes a cada área de conhecimento. É o caso de arquivos pessoais de cientistas, mais especificamente, de físicos. Estes arquivos apresentam documentos com linguagem técnica, que se traduzem por meio de planilhas, cálculos, gráficos etc. Caberá ao

arquivista compreender o contexto da produção documental, mais do que o conteúdo do documento de cada área.

### 3 Joaquim da Costa Ribeiro e seu arquivo

Joaquim da Costa Ribeiro nasceu no Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1906. Filho de Antonio Marques da Costa Ribeiro e Maria Constança Albuquerque da Costa Ribeiro. Fez seus estudos secundários no Externato Santo Inácio, concluindo em 1922. Prosseguiu seus estudos universitários na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde fez simultaneamente dois cursos: formou-se Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico-eletricista em 1928.

Em 1933, iniciou a vida docente na mesma universidade, ocupando a cadeira de física geral e experimental. Na década de 1940 iniciou sua atividade acadêmica com trabalhos originais sobre um novo método para a realização de medidas de radioatividade, e a aplicação deste método ao estudo de minerais radioativos brasileiros.

Em 1943 iniciou estudos experimentais sobre propriedades dielétricas da cera de Carnaúba. Em decorrência destes estudos descobriu, em 1944, um novo fenômeno físico, de caráter muito geral, consistindo na produção de cargas elétricas associadas às mudanças de estado físico de dielétricos em que uma das fases é sólida. Este fenômeno foi denominado "efeito termo-dielétrico" ou "efeito Costa Ribeiro". O estudo deste fenômeno despertou grande interesse no meio científico brasileiro e internacional.

A partir da descoberta, Costa Ribeiro se dedicou ao estudo experimental e teórico do fenômeno. Foram apresentados à Academia Brasileira de Ciências numerosos trabalhos e comunicações originais, não só dele, como ainda de outros, como os professores Cintra do Prado e Saraiva de Toledo, de São Paulo, Bernhard Gross, do Instituto Nacional de Tecnologia, Edson Rodrigues e S. Mascarenhas, da Universidade do Brasil, entre outros.

Convidado pela Asociación Física Argentina, Costa Ribeiro apresentou os primeiros resultados da pesquisa na VI Reunião da referida associação, realizada em Buenos Aires em 1945, e na XII Reunião, realizada em Córdoba em 1948.

Além das atividades de magistério e de pesquisas, Costa Ribeiro desempenhou funções públicas relevantes, entre as quais se destacam as de Membro Consultor e Presidente da Comissão de Metrologia, Chefe de Gabinete e, interinamente, Secretário Geral da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, Membro Titular



da Academia Brasileira de Ciências, entre outras. Também foi Conselheiro do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em seus primeiros anos.

Nos últimos anos de sua vida se ocupou ativamente dos problemas relativos à organização e desenvolvimento de pesquisas científicas no Brasil, sobretudo no campo da Física Nuclear e de suas aplicações à produção da energia atômica.

Representou o Brasil em alguns eventos, tais como: na Reunião de Peritos Científicos da América Latina, que ocorreu em Montevidéu em 1948, por iniciativa da UNESCO; no primeiro Congresso Internacional de Engenharia Nuclear, em Ann Arbor, Estados Unidos em 1954; e na VIII Reunião da Assembleia Geral da UNESCO no mesmo ano.

Seu desempenho profissional e científico ganhou notoriedade frente ao êxito de seus estudos. Além disso, Costa Ribeiro mostrou-se também um erudito.

Sua cultura, impregnada de humanismo cristão, teve como expressão mais sutil, os inúmeros poemas que compôs desconhecidos por muitos, pois não chegou a publicá-los. Era muito religioso e considerado uma pessoa justa e extremamente boa para com os familiares e amigos (ABRAHÃO<sup>5</sup>, 2006).

Costa Ribeiro faleceu em 1960, com 54 anos, na cidade do Rio de Janeiro. Como reconhecimento de seu trabalho, em outubro de 1973, seu filho Sérgio Cristiano Costa Ribeiro recebeu a Medalha Carneiro Felipe, oferecida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/MCTI).

O arquivo Costa Ribeiro foi cedido à Seção de Arquivos Históricos em História da Ciência do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da UNICAMP, por seu filho Carlos Costa Ribeiro, em 01 de dezembro de 1989. Posteriormente, em 2006, a família doou o arquivo ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), que, mediante um Contrato de Cessão de Uso, passou a guarda para o MAST, que se responsabiliza pela guarda, preservação e acesso a esses documentos.

#### 4 Identificação Tipológica no Arquivo Costa Ribeiro

O fundo Costa Ribeiro foi organizado pela equipe da UNICAMP e é constituído por documentos textuais (classificados como correspondências ativa e passiva, produção técnico-

científica, entre outros), documentos iconográficos e impressos, além da hemeroteca (jornais e publicações) conforme representada na relação de documentos encaminhada junto com o arquivo.

Como metodologia para a realização do estudo das espécies e tipos documentais no arquivo de Costa Ribeiro, inicialmente, foi feito o levantamento por meio de análise de cada documento, de acordo com a classificação adotada pelo Quadro de Arranjo, procurando identificar as principais atividades. O Quadro de Arranjo está assim representado:

Série Documentos Pessoais e Profissionais (subsérie documentos pessoais, com 2 dossiês: dossiê família e dossiê Agência Internacional de Energia Atômica); Série correspondência (subsérie correspondência ativa; Subsérie correspondência passiva; e subsérie Correspondência de Terceiros); Série Produção Técnico-Científica de Joaquim da Costa Ribeiro (Subsérie Técnico-Científica Manuscrita, com 2 dossiês: dossiê extrato de berilo; e dossiê poesia); Série Produção de Terceiros Manuscrita; Série Miscelânea; Série Pós-Morte; Série Impressos; Série Fotografias e clichês.

É possível verificar que o arranjo do arquivo não levou em consideração as atividades e as funções desempenhadas pelo produtor, o que dificultou, em muitos casos, a identificação das atividades que deram origem aos documentos.

Para além do desafio de se identificar as atividades produtoras dos documentos, o outro desafio refere-se ao de nomear corretamente o tipo documental. Os glossários já publicados apresentam-se como importantes fontes de referência para estudos tipológicos, além das bibliográficas, pois permitem a comparação das definições dos termos que mais se adaptam à produção documental. Os dicionários referenciados neste trabalho também nos forneceram subsídios na comparação de definições, visando identificar o nome mais apropriado para cada tipo.

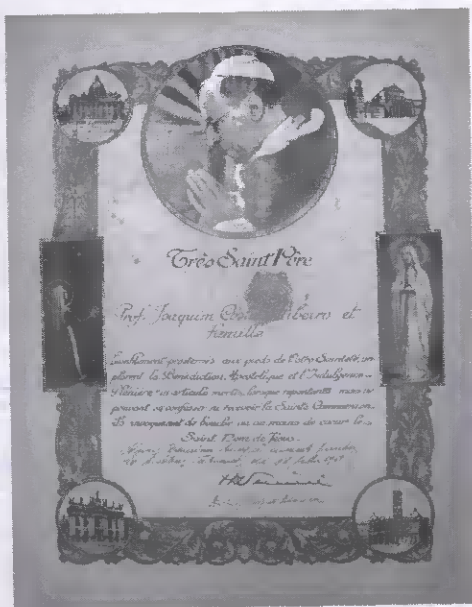
A Série Documentos Pessoais e Profissionais apresenta documentos “identitários”, bem como outros de caráter administrativo, como portarias e resoluções. A expressão “documentos identitários” é empregada por Camargo e Goulart (2007, p. 38) aos documentos de fácil reconhecimento, que resultam do cumprimento de obrigações legais ou decorrem das relações que o cidadão mantém direta ou inteiramente com o Estado, como certidão de nascimento, por exemplo. A série possui ainda título de eleitor, passaportes, mas também currículos, caderneta escolar, talões de cheque e notas promissórias.

Quanto às portarias, segundo Bellotto (2008, p. 62), “são documentos elaborados pelas autoridades competentes, determinando providências de caráter administrativo, impõem normas, definem situações funcionais, aplicam penalidades disciplinares e atos semelhantes”. A Série também possui uma resolução de nomeação de Costa Ribeiro para exercer, em comissão, as funções de inspetor de estabelecimento de ensino secundário no

<sup>5</sup> Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, série é a sequência de unidades de um mesmo tipo documental (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 69).

Estado de São Paulo, emitida pela Prefeitura do Distrito Federal. Resolução é um “ato emanado de órgão colegiado registrando uma decisão ou uma ordem no âmbito de sua área de atuação” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 38).

Da Série Documentos Pessoais e Profissionais também constam documentos que registram a devoção religiosa de Costa Ribeiro, como mostra o exemplo do Documento 1. Existem dois termos com significado muito parecido para nomear o Documento 1, classificado como “Documentos Pessoais”: certidão e certificado. Segundo o glossário da SAUSP<sup>6</sup>, certidão significa “declaração pela qual a autoridade comprova um fato ou uma situação com base em documento de assentamento autêntico”; e certificado “é a declaração pela qual uma instituição comprova um fato ou situação próprios de suas atividades a partir da realidade ou de registros”. Diante destas duas definições e pelo teor da afirmação taxativa no documento acerca do perdão, não dando margem à dúvida quanto ao merecimento pela ação de perdoar, *a priori* foi tipificado como Certificado de Indulgência.



Documento 1 – Certificado de Indulgência  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

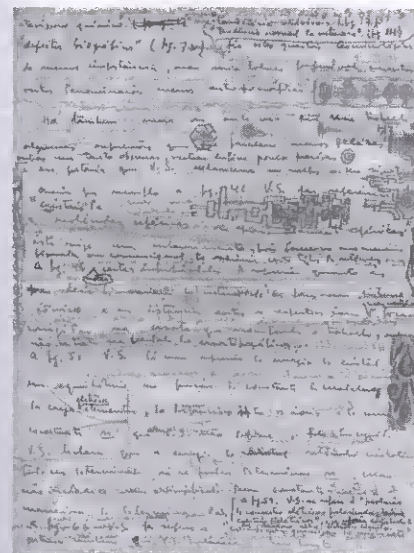
A Série possui uma subsérie “Documentos Pessoais”, que apresenta o “Dossiê Família”, contendo carteira de identidade, saldo bancário e currículo, sendo este último do professor Guido

Beck, amigo do titular. Essa inserção não favoreceu a compreensão do conjunto documental, pois não há indicação ou registro sobre o contexto de produção ou guarda do currículo no conjunto.

Na Série Produção Técnico-Científica de Joaquim da Costa Ribeiro apresenta tipos documentais mais evidentes de um trabalho científico, tais como: artigos, cadernos de laboratório, tese, apostilas, estudo de caso, apontamentos etc. Porém, o termo “técnico-científico” não é suficiente para esclarecer a atividade que gerou os documentos de acordo com a proveniência. A biografia de Costa Ribeiro mostra que ele desenvolveu diversas atividades no decorrer de sua vida, que poderiam ter gerado tais documentos. Assim, será preciso um trabalho de pesquisa para identificar datas e outros elementos que identifiquem a atividade produtora do documento.

No período da documentação, meados do século XX, a incidência de apontamentos no trabalho científico era comum. O pesquisador fazia anotações e cálculos manuscritos sobre experiências científicas, gráficos para demonstrar a aplicação dos cálculos. As apostilas e os artigos científicos eram manuscritos ou datilografados no período anterior à utilização dos computadores portáteis (PC’S) como nós conhecemos hoje. Essas minutas comumente são encontradas nos arquivos pessoais.

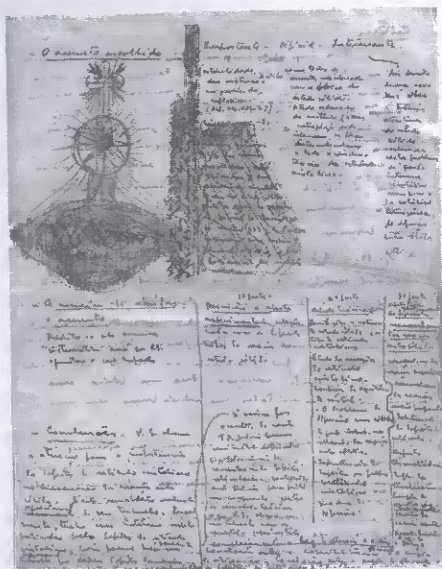
Os documentos 2 e 3 são exemplos do que se optou por tipificar como “apontamento”, que é um “registro informal do que foi lido, ouvido, observado ou pensado, para eventual uso posterior” (CAMARGO; GOULART, 2007). Esses documentos são importantes fontes para a pesquisa na área de conhecimento do produtor, no caso a física, pois contêm informações técnicas especializadas e revelam muito do raciocínio do cientista, com suas correções e acréscimos.



Documento 2 – Apontamento  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

<sup>6</sup> ABRAHÃO, Eliane Morelli. Resenha biográfica de Costa Ribeiro. In: UNICAMP. Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência. *Inventário do Arquivo Costa Ribeiro*. Campinas, 2006.





Documento 3 – Apontamento  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

Bellotto (2008) definiu a espécie aviso como “notícia ou ordem enviada, transmitida ou afixada destinada a uma pessoa ou a uma coletividade”. Já o formulário, para a mesma autora, é uma “folha contendo dados fixos impressos e espaços a serem acrescentados com os dados variáveis, usado para registrar informações sintéticas e pontuais”.

Documento 5 - Aviso de Pagamento  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

Também nesta Série encontra-se o “Dossiê Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)”, com documentos referentes a sua participação na Agência. Os tipos documentais localizados no dossiê são: cartas, extrato bancário, autorização de viagem, recibo de pagamento, memorando, declaração de participação, solicitação de reembolso, instrução normativa, discurso de abertura, programa de intercâmbio e treinamento, dentre outros. Foram inseridos neste dossiê documentos referentes à administração da pesquisa, tanto quanto sobre a pesquisa propriamente dita. O Documento 4, classificado como “produção técnico-científica”, trata-se de um recibo de pagamento, produzido no âmbito do planejamento da pesquisa. Segundo Bellotto (2008) recibo é “o reconhecimento por escrito e assinado por pessoa(s) que tenha(m) recebido dinheiro ou objeto”.

Documento 4 - Recibo de pagamento  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

DESCRIPTION OF EXPENSES	AMOUNT CLAIMED IN US DOLLARS	AMOUNT PAID IN US DOLLARS	AMOUNT UNPAID IN US DOLLARS
1. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
2. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
3. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
4. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
5. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
6. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
7. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
8. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
9. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
10. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
11. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
12. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
13. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
14. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
15. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
16. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
17. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
18. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
19. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
20. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
21. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
22. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
23. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
24. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
25. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
26. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
27. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
28. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
29. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
30. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
31. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
32. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
33. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
34. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
35. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
36. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
37. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
38. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
39. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
40. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
41. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
42. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
43. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
44. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
45. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
46. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
47. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
48. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
49. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
50. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
51. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
52. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
53. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
54. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
55. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
56. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
57. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
58. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
59. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
60. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
61. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
62. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
63. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
64. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
65. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
66. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
67. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
68. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
69. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
70. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
71. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
72. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
73. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
74. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
75. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
76. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
77. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
78. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
79. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
80. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
81. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
82. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
83. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
84. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
85. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
86. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
87. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
88. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
89. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
90. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
91. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
92. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
93. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
94. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
95. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
96. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
97. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
98. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
99. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00
100. Travel and subsistence allowance for Prof. Dr. Costa Ribeiro	100.00	100.00	0.00

Documento 6 - Formulário de Reembolso  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

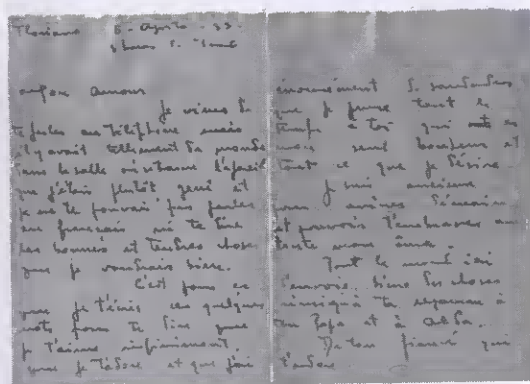
Os Documentos 5 e 6 também são exemplos de documentos ligados aos recursos necessários à administração da pesquisa. O Documento 5 é um aviso de pagamento.

Percebe-se que os documentos são referentes às atividades de administração do trabalho realizado junto à Agência Internacional de Energia Atômica, e não apresentam dados técnicos/científicos propriamente ditos. Em geral, são os documentos administrativos, em especial os financeiros, os que mais sobrevivem nos arquivos, especialmente os institucionais.

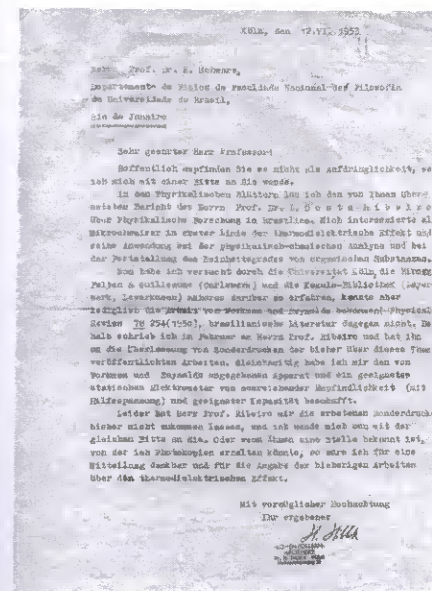
A série “Correspondências” apresenta três subséries: ativa, passiva e de terceiros. A opção por tal classificação não permite o conhecimento das atividades que produziram os documentos. Qualquer atividade pode gerar uma correspondência, por isso devemos conhecer a atividade que gerou o documento e, deste modo, usá-la para evidenciar o significado do mesmo dentro de um conjunto documental contextualizado.

A correspondência classificada como ativa refere-se tanto às relações pessoais, como cartas emitidas à esposa (mais de 50% deste conjunto), convites, cartões postais e de Natal, entre outros, quanto àquelas emitidas no âmbito profissional. O Documento 7 apresenta uma carta de Costa Ribeiro para sua esposa, e o Documento 8 mostra uma carta em alemão para o Prof. H. Schwartz da Universidade do Brasil, com assinatura do remetente não identificada, tratando de informações científicas e dos trabalhos de Costa Ribeiro. Neste último caso, como nos arquivos pessoais sob a guarda do MAST existem muitas cartas cujo teor é a troca de informações sobre pesquisas científicas, optou-se por identificar o tipo documental como “carta de intercâmbio científico”.

Além desta, existem outros tipos documentais classificados como correspondência, e que são produzidos pela atividade profissional, tais como cartas de convite, cartões postais, carta emitida aos membros da Comissão do 4º Centenário da cidade de São Paulo, onde Costa Ribeiro se candidatou ao prêmio 4º Centenário para Ciências com o trabalho “Sobre o efeito termo-dielétrico”, dentre outros.



Documento 7 - Carta enviada a Jaqueline Leers, esposa de Costa Ribeiro  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)



Documento 8 - Carta de intercâmbio científico  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

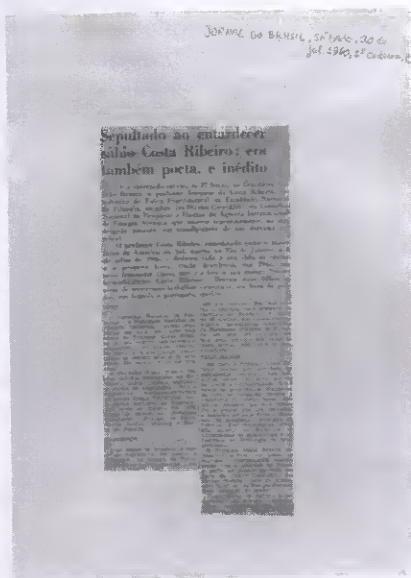
A correspondência classificada como “Passiva” apresenta documentos da vida pessoal: quase a totalidade deste conjunto documental se constitui de mensagens de pêsames, pela morte de Jaqueline Leers Costa Ribeiro, por meio de cartas e telegramas de condolências. Também há cartas da vida profissional, como a carta do professor Bossolasco, diretor do Instituto Geofísico italiano, solicitando exemplares do trabalho de Costa Ribeiro “Sobre o efeito termo-dielétrico” e oferecendo possibilidade de edição; e ofício de João Antônio Cardoso, presidente do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), desejando sucesso a Costa Ribeiro em seu novo posto. Segundo Bellotto (2008) ofício é “um meio de comunicação do serviço público, forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades e entre os órgãos públicos entre si e os particulares, em caráter oficial”.

Incluída na série “Correspondência” encontram-se dois dossiês: o “Dossiê Extrato de Berilo” e o “Dossiê Poesia”. O primeiro é constituído por documentos da vida profissional do titular referente às atividades de pesquisa: cartas, projetos e gráficos sobre a extração do mineral berilo em solo brasileiro. O segundo, “Dossiê Poesia”, apresenta documentos que expressam a alma romântica e religiosa de Costa Ribeiro. Neste mesmo dossiê estão classificados cadernos de poesia e de oração, mostrando o gosto e a crença pessoal do produtor. Costa Ribeiro era um homem de muita fé cristã e este sentimento ficou registrado nos cadernos de oração. As imagens dos documentos 9, 10 e 11 ilustram o lado poético e religioso de Costa Ribeiro.





são: notícias de jornal sobre o falecimento de Costa Ribeiro; convite de formatura, tendo Costa Ribeiro como paraninfo; e diploma de entrega da “Medalha Carneiro Felipe”, representado no Documento 13. O diploma foi oferecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e recebido pelo filho mais velho de Costa Ribeiro, Sérgio Cristiano Costa Ribeiro, também físico.

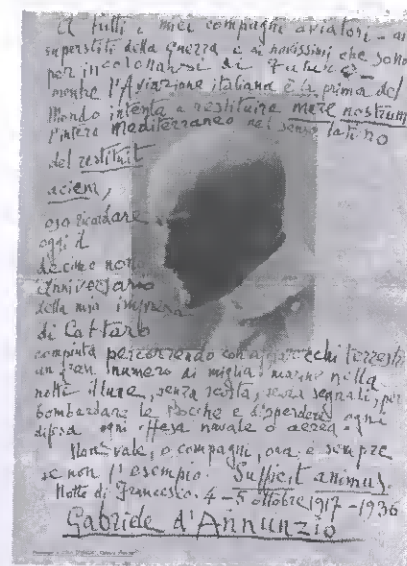


Documento 12 - Notícia de jornal  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)



Documento 13 - Diploma “Medalha Carneiro Felipe”  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

O Arquivo de Costa Ribeiro apresenta, ainda, alguns documentos ainda não tipificados, como o Documento 14, classificado como “Miscelânea”. O Tipo documental está em fase de pesquisa, mas o texto, em italiano, refere-se ao 19º aniversário da “Impresa di Cattaro”, bem como da aviação italiana, assinado por Gabriele Annunzio.



Documento 14- Não tipificado  
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

O estudo tipológico do fundo Costa Ribeiro ainda está em processo de definição dos tipos documentais, buscando o nome mais adequado para os documentos. O objetivo é nomear corretamente todos os tipos encontrados na produção documental do Arquivo Costa Ribeiro e relacioná-los às atividades que os produziram, bem como alimentar o glossário de tipos documentais do Arquivo de História da Ciência do MAST.

## 5 Considerações finais

O estudo de tipologia documental permite repensar a importância de se debruçar sobre os documentos arquivísticos com o olhar mais aguçado, procurando identificar as características específicas, como, por exemplo, forma e conteúdo, com que as informações são apresentadas. A identificação da atividade que gera o documento contribuirá para a construção de uma classificação e uma descrição que reflitam as atividades desempenhadas por uma pessoa no decorrer de sua vida.



O conhecimento prévio da biografia do produtor, bem como das atividades e funções praticadas, solidifica o trabalho de organização dos documentos por parte do arquivista, seja para identificar, classificar ou descrever.

O estudo ora apresentado teve como foco a identificação das tipologias, sendo que, em um segundo momento, o propósito será o de analisar os elementos intrínsecos dos documentos, ou seja, aqueles que definem o modo de apresentação do conteúdo do documento, e as partes que determinam o texto como um todo.

O estudo de identificação tipológica ora apresentado representa uma primeira análise neste arquivo e uma das primeiras iniciativas nos arquivos pessoais sob a guarda do MAST. Os tipos documentais não se esgotam, pelo contrário: cada nova iniciativa de levantamento tipológico em um fundo suscita no aparecimento de outros tantos, decorrentes de atividades e funções desempenhadas por seu produtor.

Quanto aos arquivos de cientistas pertencentes ao mesmo campo de atuação, os documentos tendem a apresentar tipos documentais similares, pois as atividades e funções são compatíveis. Por isso o levantamento documental propicia a elaboração de um glossário que visa alimentar as atividades de identificação e descrição dos documentos que poderão vir a ser trabalhados no futuro.

O Quadro de Arranjo desenvolvido originalmente para este arquivo não utilizou o método funcional, que considera as funções e atividades desempenhadas por uma pessoa. Verificou-se que a classificação não favoreceu o conhecimento das atividades que produziram os documentos. O estudo tipológico permite visualizar claramente se uma determinada classificação adotada é realizada de forma arquivística, ou seja, considerando-se função e atividade na definição das séries e subséries.

Com este estudo foi possível constatar a importância do conhecimento dos tipos documentais para a definição de métodos de organização mais voltados para as atividades/funções desempenhadas pelo produtor, no vasto campo empírico que representa os arquivos pessoais. Estudos tipológicos nestes arquivos são inesgotáveis, pois cada um representa um mundo a ser explorado. O emprego de levantamentos tipológicos é um esforço de arquivistas e pesquisadores para padronização dos nomes dos tipos de documentos. Porém, a padronização sempre estará atrelada ao contexto de produção documental, inviabilizando generalizações. Além disso, é preciso prestar muita atenção nos termos usados em diferentes épocas. Um estudo tipológico que pode ser realizado, por exemplo, é o de se acompanhar o desenvolvimento de um determinado tipo documental com o passar do tempo.

O estudo tipológico permitirá a elaboração de um glossário de espécies e tipos documentais que poderá ser utilizado para o próprio trabalho de organização dos arquivos pessoais, retroalimentando-o.

Por último, o presente estudo não teve a pretensão de esgotar os tipos documentais existentes no arquivo, mas sim, partir de algumas escolhas para demonstrar o potencial de estudo que um arquivo pessoal oferece, e o amplo campo de atuação para arquivistas, ainda a ser explorado.

## REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Marcos Institucionais do Conselho Nacional de Pesquisas. **Perspicillum**, Rio de Janeiro, v. 1, 1987.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 320 p.
- \_\_\_\_\_. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).
- \_\_\_\_\_. **Diplomática e tipologia documental**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 106 p.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. Santa Maria: RFSM, 1991. 96 p.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Portal do investidor. **Glossário**. Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2010
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuições para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p.169-174, 1998.
- \_\_\_\_\_. Sobre arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**, v.7, n.2, jul./dez. 2008, p.5-9.
- \_\_\_\_\_; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Org.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros: Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142p.
- \_\_\_\_\_; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. Ed. bilíngue: português e inglês. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007. 316 p.
- CASTRO, Maria da Conceição; LOURENÇO, Francisco dos Santos. Tipos documentais

e padronização da descrição arquivística: um estudo de caso sobre arquivos científicos. In: CONFERÊNCIA DA SUV E ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 4., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 54-62.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTE, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010. 196 p.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DURANTI, Luciana. Material do curso "Diplomática aplicada a documentos convencionais e digitais". Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FIESP. **Glossário**. Disponível em: <<http://apps.fiesp.com.br/qualidade/mainglos.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Em torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 2, jul./dez. p. 25-50, 2007.

LEAL, João Eurípedes Franklin; SIQUEIRA Marcelo Nogueira de. **Glossário de Paleografia e Diplomática**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental e partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo, Loyola, 1999. 151 p.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; ARAÚJO, João Cândido Graça (Org.) **Paleografia e diplomática no Curso de Arquivologia – UFSM**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007. 239 p.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais produzidos pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/temporalidade/glossario>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/)>. Acesso em: abr. 2012.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. **Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas**. 2002. 162 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos pessoais e documentos digitais: o que nos reserva o futuro? In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p. 465-473.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documento**. 2007. 211 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais dos Institutos e das Faculdades da UNICAMP**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.usp.br/sausp/versaoanterior/glossario/glossario.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2010.